

MEC informatiza para economizar

Sistema implantado no Nordeste pode controlar folha de pagamento, preços de materiais e até a merenda escolar

Da Agência Folha

Recife — O Banco Mundial (Bird) e o Ministério da Educação (MEC) investiram R\$ 36 milhões na informatização das secretarias da Educação de oito estados nordestinos. O objetivo é permitir que as secretarias tenham acesso imediato a dados confiáveis que permitam controlar seus gastos e planejar com critério as ações necessárias para melhorar a educação.

Até o fim do ano será possível saber qual o consumo de água e de luz das escolas de todos esses estados, possibilitando a correção de eventuais desperdícios. "A informatização da rede permitirá uma grande economia, mas não dá para saber quanto, porque hoje não sabemos nem se há desperdício", diz o secretário da Educação de Sergipe, Luís Antônio Barreto.

Todos os oito estados que aderiram ao Sistema Integrado de Informações Gerenciais (Siig) terão à disposição 27 softwares distintos que possibilitarão acesso imediato a dados sobre folha de pagamento, cotação de preços de materiais e equipamentos, estoque de merenda escolar etc.

"Quando assumi o MEC, em 95, a sensação que tinha era a de um piloto de um Boeing 747 viajando à noite, em meio a uma tempestade, sem nenhum instrumento. Havia quatro levantamentos do número de escolas do país no ministério e cada um deles trazia uma informação diferente", disse o ministro Paulo Renato Souza. Segundo ele, sem dados confiáveis, os governos ficam desorientados na hora de escolher quais medi-

das adotar. Além de permitir um controle mais eficaz dos gastos, o sistema vai orientar esses estados na hora de elaborar a política educacional.

"Sem o Siig, informações simples, como o tempo de serviço de um professor, levavam meses para ser levantadas. Quando todo o sistema estiver funcionando, a informação será imediata", diz Antônio Emílio Marques, diretor-geral do Fundescola, criado para melhorar a qualidade do ensino fundamental no Norte, Nordeste e Centro-Oeste.

CUSTOS

No estado de São Paulo, o prefeito de Diadema, Gilson Luiz Corrêa de Menezes (PSB), que na última sexta-feira conseguiu liminar desobrigando o município a repassar recursos ao Fundef (fundo de valorização do magistério), disse que as prefeituras arcaram com a maior parte dos custos do programa educacional. "A contribuição é inconstitucional, na medida em que retira recursos já empenhados pelo município para outras finalidades. Não se pode reforçar o ensino fundamental às custas dos municípios", disse.

Menezes afirma que o investimento de Diadema por aluno da rede municipal é de R\$ 1.100, enquanto o Fundef repassaria apenas R\$ 680 para cada novo estudante que fosse municipalizado. "Sou favorável, filosoficamente, a qualquer municipalização, desde que seja feita com recursos.

Quando o SUS (Sistema Único de Saúde) foi implantado, por exemplo, o município arcava somente com 20% dos custos. Hoje já chega a 80%", afirmou.

Wanderlei Pozzembom



Dados mais confiáveis: com a informatização das secretarias de Educação, o MEC espera que os estados controlem melhor os gastos

Diadema tem 34 mil alunos fora do ensino fundamental (creches, pré-escola e programas de alfabetização) custeados pelo município, que em 1998 destinou R\$ 13,9 milhões ao fundo e recebeu de volta R\$ 585 mil. Ou seja, teve um "prejuízo" de R\$ 13,4 milhões, que foram repassados à Secretaria Estadual da Educação e a outras prefeituras paulistas.

RECURSO

O ministro Paulo Renato disse ontem que o MEC irá questionar na Justiça a liminar obtida por Diadema. "A assessoria jurídica do ministério já está estudando com a Advocacia

Geral da União a melhor maneira de derrubar a liminar."

Diadema perde dinheiro para o estado porque tem arrecadação alta e poucos alunos matriculados na rede municipal. Dos 67.688 alunos da rede pública de ensino fundamental do município, apenas 866 estudavam em escolas municipais em 1998, contra 66.688 matriculados na rede estadual.

Como o dinheiro do Fundef é distribuído a estados e municípios de acordo com o número de alunos matriculados no ensino fundamental, Diadema recebe muito menos do que contribui. Mesmo com a obrigação de destinar ao Fundef

parte de seus recursos, a prefeitura dispõe de sete vezes mais verba para gastar com cada aluno do ensino fundamental do que o estado.

Enquanto cada aluno da rede municipal teve à disposição em 1998 R\$ 7 mil, cada um da rede estadual ficou com R\$ 900. Com a desobrigação do Fundef, a prefeitura de Diadema terá R\$ 22,5 mil anuais para gastar com cada um de seus 866 alunos do ensino fundamental.

"Isso não faz sentido, estão querendo criar um *apartheid* na rede de ensino de Diadema. Em vez de questionar o Fundef na Justiça, o prefeito deveria assumir as escolas

estaduais, já que a educação fundamental é obrigação do município", diz Ulysses Semeghini, coordenador do Fundef.

A Emenda Constitucional 14, que criou o Fundef, determina que 15% das receitas estaduais e municipais provenientes do ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços), do Imposto de Importação e dos fundos de participação dos estados e dos municípios sejam destinadas ao fundo.

Os 15% dos demais impostos municipais (como IPTU, IPVA e ISS) ficam no município, mas também têm de ser obrigatoriamente investidos no ensino fundamental (antigo 1º grau).